



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

PAULA LETÍCIA RODRIGUES DE SOUZA

**ADAPTAÇÃO DE BEBÊS EM CRECHE DO SISTEMA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS**

**Palmas/TO
2021**

PAULA LETÍCIA RODRIGUES DE SOUZA

**ADAPTAÇÃO DE BEBÊS EM CRECHE DO SISTEMA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS**

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Pedagogo e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador (a): Dra. Rosilene Lagares

Palmas/TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S729a Souza, Paula Leticia Rodrigues de.
Adaptação de Bebês em Creche do Sistema Municipal de Educação de
Paraíso do Tocantins. / Paula Leticia Rodrigues de Souza. – Palmas, TO, 2021.
20 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Pedagogia, 2021.
Orientadora : Rosilene Lagares
1. Educação infantil. 2. Adaptação. 3. Creches. 4. Brincar. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

PAULA L STÍCIA RODRIGUES DE SOUZA

**ADAPTAÇÃO DE BEBÊS EM CRECHE DO SISTEMA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Federal do Tocantins para a obtenção do título
de Pedagogo.

Aprovado em: 16/08/2021

BANCA EXAMINADORA



*Prof. 'Dr. ' Rosilene Lagares (UFT/Pedagogia/PPGE/PGEDA-
Educanorte)*

Professora Orientadora



Prof. 'Dr. ' Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito

(UFT/Pedagogia/PPGE)

Avaliadora Interna



Prof.ª Esp. Celestina Maria Souza

(Sistema Estadual de Ensino Tocantins/Secretaria de Estado da Educação/UFT)

Avaliadora Externa

RESUMO

O presente artigo é apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como um dos requisitos para a aprovação na disciplina de TCC, abordando o tema adaptação de bebês em Creches da cidade de Paraíso do Tocantins. Para a execução do trabalho foi adotado o método da pesquisa descritiva e exploratória, possibilitando assim o levantamento bibliográfico sobre o assunto e a descrição dos processos que envolvem a adaptação de crianças em creches. São abordados no trabalho discussões sobre a adaptação infantil, no que diz respeito ao processo de inserção da criança na vida escolar, abordando o que os autores defendem sobre o tema. Também são expostas as normativas e leis nacionais para a educação no Brasil com ênfase na educação infantil. Para a conclusão da pesquisa explorou-se as normativas regionais dispostas nos documentos vigentes, constatando que estes seguem as leis nacionais.

Palavras-chaves: Educação infantil, Adaptação, Creches.

ABSTRACT

This article is presented to the Pedagogy Course, at the Federal University of Tocantins (UFT), as one of the requirements for approval in the TCC discipline, addressing the theme of adaptation of babies in day care centers in the city of Paraíso do Tocantins. Discussions about child adaptation with regard to the process of children's insertion into school life are addressed in the work, addressing what the authors defend on the subject. National regulations and laws for education in Brazil with an emphasis on early childhood education are also exposed. To conclude the research, the regional regulations provided for in the current documents were explored, noting that they follow national laws.

Key-words: Child education, Adaptation, Nursery

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 METODOLOGIA	10
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	11
3 Educação infantil: elementos normativos e teóricos.....	11
3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E ADAPTAÇÃO: O QUE ESTÁ DISPOSTO NAS NORMAS BRASILEIRAS	12
4.2 EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO TEÓRICOS DA ÁREA.....	13
3.3 EDUCAÇÃO INFANTIL E ADAPTAÇÃO NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS: DOCUMENTOS VIGENTES.....	16
4 CONCLUSÃO	19
REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

A creche é um espaço que tem se tornado cada vez mais presente na vida das famílias brasileiras (aproximadamente 3,5 milhões de crianças matriculadas em 2018, segundo o IBGE), tendo em vista o contexto atual da sociedade onde cada vez mais mulheres adentram ao mercado de trabalho, torna-se necessário assim um espaço adequado para que possam deixar o seu bebê. Além da necessidade por motivo de trabalho, muitas mães têm procurado a creche para deixar seus bebês, por reconhecerem a oportunidade que este espaço permite em relação à socialização de seus filhos.

O atendimento em creches se afirma como um direito social da criança a partir da Constituição Federal de 1988, e em decorrência disto, muito tem se discutido as concepções em torno da educação infantil, e também críticas às práticas pedagógicas utilizadas nestes espaços, o ideal é que o atendimento seja cada vez mais profissional e capacitado para oferecer aos bebês um atendimento que permita o seu desenvolvimento.

Rapoport e Piccinini (2001) afirmam que alguns autores reconhecem que os primeiros dias na creche são importantes e necessitam de atividades especiais relacionadas à adaptação das crianças. Os autores ainda expõem que as crianças manifestam diferentes reações durante a adaptação, o que as classificam como bem ou mal adaptadas. Suas reações são diversas, como: choro, gritos, mal humor, bater, deitar no chão, apatia, comportamento agressivo e outros.

O presente trabalho é um estudo geral sobre o ambiente da creche e sobre a adaptação de bebês neste local, estuda também de forma objetiva as metodologias utilizadas na adaptação e quais os fatores podem influenciar tal processo.

O tema abordado nesta pesquisa apresenta uma diversidade extensa de fatores ligados à adaptação de crianças nas creches, como o primeiro contato, qual a idade da criança exposta aos cuidados extras, quanto tempo por dia ou semana elas permanecem longe dos pais, quais as suas primeiras reações, entre outros fatores.

A partir da reflexão sobre o processo de adaptação, surge a seguinte problemática: Como se dá o processo de adaptação de bebês em uma Creche do Sistema Municipal de Educação de Paraíso do Tocantins?

Justificando a pertinência do presente estudo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2019), apontou que a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos de idade foi de 34,5%, o equivalente a 3,5 milhões de crianças. Também foi exposto que essa taxa, comparada a 2017, aumentou 1,5 pontos percentuais (158 mil crianças). Em

comparação com o ano de 2016 (BRASIL, 2016), essa taxa cresceu 3,8 pontos percentuais. Considerando este número expressivo de crianças matriculadas em creches e seu aumento gradativo a cada ano, justifica-se a importância de se entender o sistema atual do ensino infantil no Brasil, considerando as práticas pedagógicas, leis e orientações sobre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

No contexto acadêmico, justifica-se a importância desta pesquisa pelo fato de ser uma área de estudo pouco abordada. Porém, apresenta grande relevância no âmbito acadêmico, pois é necessário compreender todas as etapas da educação, entendendo assim a importância da educação infantil como base para as demais etapas seguintes da formação do indivíduo, pode-se destacar a influência desta etapa e o que ela pode refletir no desenvolvimento da criança.

A importância social do tema também é discutida e defendida nos âmbitos políticos do país. A Agência Senado (2008), através do Senado Notícias noticiou o evento da 1ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz que reuniu políticos e especialistas da área da educação infantil, onde destacaram a fala do psicanalista Victor Guerra, quando o mesmo defendeu que “a creche é um continente, um universo que promove uma construção da rede de cuidados sobre toda a família. Tem a função de educar, conduzir ao exterior, otimizar a criança para que ela desenvolva seu próprio ponto de vista”. No mesmo evento, a deputada estadual Iraê Lucena, enfatizou a importância de uma parceria entre parlamentares, entidades dedicadas a crianças e estudiosos a fim de que o Poder legislativo possa estar bem preparado para construir leis adequadas e que atendam às reais necessidades das crianças.

Portanto, é possível definir como objetivo geral do artigo: compreender o processo de adaptação de bebês em Creches do sistema Municipal de Educação de Paraíso do Tocantins.

Em busca de tal objetivo, identificou-se os seguintes pontos específicos para o artigo: compreender teoricamente e normativamente como se dá o processo de adaptação dos bebês na educação infantil (creche); identificar as metodologias de adaptação utilizadas; identificar os fatores que influenciam a adaptação dos bebês.

2 METODOLOGIA

Quando se fala da natureza de uma pesquisa científica, esta pode ser enquadrada como uma pesquisa básica ou uma pesquisa aplicada. O presente trabalho encaixa-se no âmbito da pesquisa básica. O objetivo da pesquisa básica é “gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.” (PRODANOV e FREITAS, 2013. p. 51).

Considerando o ponto de vista da abordagem, a pesquisa adotada neste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa Qualitativa. Pois, segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa Qualitativa apresenta uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Trata-se de uma pesquisa que não requer métodos e técnicas estatísticas e o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados.

Quanto ao tipo de pesquisa adotada, pode-se caracterizá-la como descritiva, pois é um tipo que “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis [...]” (SILVA e MENEZES, 2005. p. 21). Sendo assim, a metodologia da pesquisa seguida aborda o seguinte tópico:

- Descrição do ambiente de estudo, dos processos e metodologias aplicados nas creches;

Considera-se ainda, que o presente estudo pode ser definido como uma pesquisa exploratória, a qual “permite o levantamento bibliográfico e o uso de entrevistas com pessoas que já tiveram experiência acerca do objeto a ser investigado” (ALVES, 2007. p. 54). Dentro das atribuições da pesquisa exploratória, utilizam-se os seguintes métodos neste estudo:

- Levantamento bibliográfico durante todo o período do estudo;
- Utilização do referencial teórico como base para a escolha dos melhores métodos aplicáveis no presente trabalho; e
- Obter informações de pessoas que já se envolveram no assunto estudado.

A divisão do presente artigo é feita por tópicos, iniciando pela introdução do assunto e a metodologia aplicada (tópico 1 e 2, respectivamente). No capítulo 3 é possível identificar a área de estudo abordada pela autora, onde são definidos importantes características da

educação infantil. O referencial teórico é levantado no capítulo 4, onde foram abordadas as características, normas, leis, pesquisas e estudos sobre a educação infantil.

2.1 Caracterização da área de Estudo

A educação infantil, segundo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular, 2017), compreende as crianças da faixa etária de zero a cinco anos e onze meses, sendo que essas são divididas em três faixas: bebês (0 - 1a6m), crianças bem pequenas (1a7m – 3a11m) e crianças pequenas (4a – 5a11m).

A BNCC (2017) define que na primeira etapa da Educação Básica, de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis Direitos de aprendizagem e desenvolvimento, tais como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Considerando ainda os direitos de aprendizagem, a BNCC (2017) estabelece cinco campos de experiência, nos quais a crianças podem aprender e se desenvolver, sendo eles:

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Barreto (1994), afirma que a expansão da educação infantil se deu a partir do reconhecimento pela sociedade, da importância das experiências da infância para o desenvolvimento da criança e as conquistas sociais dos movimentos pelos seus direitos, entre eles, o acesso à educação nos primeiros anos de vida. A autora também cita importantes marcos para a educação infantil, como a Declaração Universal dos Direitos da criança (1959) e a Convenção Mundial dos direitos da Criança (1989).

3 Educação infantil: elementos normativos e teóricos

A chegada das crianças para a creche, segundo Carvalho et al. (2003), é sempre um fator de ansiedade para todos: crianças, pais e professores. Um cuidado especial com o período de adaptação é extremamente importante para garantir um atendimento de qualidade, capaz de propiciar condições adequadas para um desenvolvimento integral e sadio das

crianças do ponto de vista social e emocional. Rapoport e Piccinini (2001) também descrevem tanto as mães como as educadoras, que relatam as primeiras semanas em cuidados alternativos como altamente estressantes, especialmente para bebês e crianças pequenas.

A diferenciação entre creche e pré-escola no Brasil, segundo Kramer (2006) pode seguir diferentes parâmetros, como a idade das crianças (a creche acolheria crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 6 anos de idade), o modo de funcionamento (a creche tem atuação em horário integral e a pré-escola meio período), pela instância administrativa a que se vincula (a creche é subordinada às instituições médicas ou assistenciais, a pré-escola à educação). A autora também afirma que a partir de meados dos anos 80, os movimentos em defesa das populações infantis, passaram a adotar a expressão “educação da criança de 0 a 6 anos” ou “educação infantil” para designar o trabalho em creches e pré-escolas, expressões que se consolidaram em documentos oficiais.

Em outro artigo, a autora Kramer (2006) relata que nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos buscavam uma educação compensatória, visando a compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. A pesquisadora também afirma que o Ministério da Educação (MEC) se baseou em orientações de agências internacionais e programas desenvolvidos nos EUA e na Europa, passando a defender a ideia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar.

3.1 Educação infantil e adaptação: o que está disposto nas normas brasileiras

Segundo a BNCC (2017), a expressão educação “pré-escolar” foi utilizada no Brasil até a década de 1980, este termo expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal.

Ainda citando a BNCC (2017), afirma-se que em 1988, através da Constituição Federal, o atendimento em creche e pré-escolas de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

Segundo o MEC (2016), a LDB foi assinada em 1996, tornando-se um marco na regulamentação do ensino no país, onde trouxe importantes inovações, permitindo colher avanços significativos. A LDB foi responsável por regulamentar a estrutura e o funcionamento do sistema de educação no país, a lei definiu os objetivos a serem atingidos e reforçou o caráter federativo da educação brasileira. O artigo 26 estabelece que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum”. Determina também que esta base deveria ser “complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”, deixando claro que a base nacional deve respeitar a autonomia dos sistemas de ensino.

A educação na infância tornou-se um tema recorrente em nossa sociedade, Spada et al. (2015) defendem que o incremento das discussões sobre a educação infantil inicia-se a partir da construção de um corpo jurídico voltado à defesa e à proteção dos direitos infantis, inaugurado pela Constituição Federal de 1988.

Spada et al. (2015) também afirmam que surgiu a necessidade de responsabilização do Estado pela oferta de educação pública para crianças nos primeiros anos de vida. Este direito das crianças foi gradativamente consolidando-se no âmbito legal. Outras frentes de lutas também se delinearam, entre as quais: acesso e permanência na educação, oferta de atendimento de qualidade voltado às necessidades infantis, construção de espaços favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças, estruturação de rotinas compatíveis às necessidades na infância, formação docente permanente e voltada ao trabalho pedagógico na educação infantil.

A importância da educação infantil resultou em uma meta dentro do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), este programa governamental é instituído pela Lei nº 13.005/2014, definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira para o decênio 2014/2024 e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência. A Meta 1 ampara a área da educação infantil e objetivava universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

4.2 Educação infantil segundo teóricos da área

Uma breve história da educação infantil, contada por Bujes (2001), onde a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias ou do grupo social ao qual ela

pertencia. As crianças aprendiam a se tornarem membros de seus grupos sociais através da convivência com os adultos e outras crianças. Aprendiam a participarem das tradições que eram importantes ao seu respectivo grupo social e a dominar os conhecimentos necessários para a sua sobrevivência material e para enfrentar as exigências da vida adulta. Por um bom período na história da humanidade, não existiram instituições responsáveis por compartilhar a responsabilidade pela criança com os seus pais e com a comunidade. Portanto, é possível dizer que a educação infantil, como é conhecida hoje, realizada de forma complementar à família, é um fato recente.

Os centros de educação infantil, segundo Assis (1998), devem oferecer um ambiente físico e humano, através de estruturas e funcionamento adequados, os quais propiciem experiências e situações planejadas intencionalmente, democratizando o acesso de todos, aos bens culturais e educacionais. O autor reforça que educar e cuidar de crianças dos 0 a 6 anos supõe definir previamente para que sociedade isto será feito, e como se desenvolverão as práticas pedagógicas, para que as crianças e suas famílias sejam incluídas em uma vida de cidadania plena. Para que isso ocorra, foram criados os seguintes Princípios Norteadores:

- Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
- Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade, e da Diversidade de manifestações Artísticas e Culturais.

Um dos aspectos essenciais do trabalho de um adulto que cuida de crianças, segundo Goldschmied e Jackson (2006), é certificar-se por um período de tempo, mais longo possível, que a criança esteja feliz. Pois a vida já implica dor e frustração suficientes, sem que tenhamos que aumentá-las deliberadamente por meio de restrições desnecessárias de qualquer tipo. As autoras também esclarecem que os adultos têm um papel importante na modelagem do comportamento das crianças, mas eles podem escolher entre fazê-lo de forma autoritária ou cooperativa, por meio de ordens ou negociações. Existem grandes evidências de que a segunda forma é de longe a mais eficaz, além de levar a menos conflitos e angústia.

Goldschmied e Jackson (2006) reforçam que ao adotar essa linha de tratamento com as crianças, os cuidadores estão garantindo o direito que elas têm de serem respeitadas como

indivíduos, de serem escutadas e levadas a sério, de forma que, ao ficarem mais velhas, elas possam tomar mais responsabilidades para si no sentido de exercer seus próprios direitos.

O processo de inserção de crianças pequenas no âmbito escolar, segundo Ortiz e Carvalho (2012), requer cuidado específico. Tal cuidado, no âmbito da creche, é entendido por cuidado com a adaptação, a tentativa de amenizar os impactos e as dificuldades inerentes ao enfrentamento de situações novas, tais como a entrada da criança, mudança de grupo, substituição de educadores, saída de crianças para outra instituição, etc.

Diversas estratégias podem ser adotadas neste período de acolhimento, entre elas, Ortiz e Carvalho (2012) citam algumas como:

- Atendimento individualizado aos pais para conhecimento da criança e de sua história;
- Reuniões coletivas de pais com apresentação sobre a proposta educacional da creche;
- Distribuição de textos que destacam aspectos fundamentais deste momento
- Começar a cada dia a adaptação de apenas uma ou duas crianças, evitando que todas cheguem no primeiro dia;
- Permitir a presença de um familiar no período de adaptação.

Outro assunto importante para a iniciação escolar é a questão das brincadeiras, Goldschmied e Jackson (2006) afirmam que a contribuição do brincar para o desenvolvimento das crianças é um tema que ilustra bem o efeito pêndulo, que caracterizam o brincar como uma atividade frívola e desprovida de valor quando comparada com o aprendizado de informações úteis, persistiram, embora de forma modificada no período do pós-guerra. Brincar era o que as crianças faziam quando não estavam sob o controle imediato de adultos, no melhor dos casos uma forma de se ocupar e sempre em conflito com “sentar-se quieto e se comportar” ou com tipos mais úteis de atividade.

Outro fator que as autoras abordam sobre as brincadeiras é que “convencer os pais de que a criança está bem ocupada quando “só brinca” sempre foi um problema para educadores da primeira infância e coordenadores de grupos de recreação” (GOLDSCHMIED e JACKSON, 2006. p. 25). As autoras também afirmam que em muitas culturas dá-se pouca importância ao brincar; não se procura oferecer brinquedos educativos às crianças.

As brincadeiras na primeira etapa da vida de bebês também é um assunto importante para Ortiz e Carvalho (2012), que afirmam que o bebê começa brincando como os próprios sentidos, num crescente jogo de descobertas, desenvolvimento de habilidades e construções

de significados. Ao brincar, o bebê cria vínculo com o mundo a sua volta, com aqueles que com ele se relacionam e com o universo cultural no qual está inserido.

Ainda sobre o brincar, Winnicott (1982) afirma que todas as atividades significativas no desenvolvimento da simbolização da criança e da sua estruturação, passam por atividades de brincadeiras. O mesmo autor descreve a evolução do brincar em quatro tempos:

1. O brincar com o corpo do outro cuidador;
2. O brincar no espaço da ilusão, onde o outro ainda é necessário, não como corpo, mas enquanto olhar;
3. O brincar sozinho, mas na presença de um adulto de referência;
4. O brincar com outras crianças, que por sua vez também pode ser analisado ao longo do tempo, pois se complexifica conforme a criança cresce e se socializa.

3.3 Educação infantil e adaptação no Sistema Municipal de Educação de Paraíso do Tocantins: documentos vigentes

A cidade de Paraíso do Tocantins é um município do interior Norte do Brasil, sua população estimada para o ano de 2020 era de aproximadamente 51 mil habitantes. A taxa de escolarização de Paraíso para crianças de 6 a 14 anos de idade está em torno de 98,4% e a cidade possui 35 entidades educacionais, que atendem o ensino fundamental e o ensino médio, 4 destas instituições são do setor privado e atendem os primeiros anos da educação infantil, além de mais 4 creches municipais que completam o quadro de instituições educacionais da cidade. No ano de 2018 foram matriculadas 1359 (mil trezentos e cinquenta e nove) crianças no ensino pré-escolar. (IBGE, 2018).

A Secretaria Municipal de Educação e Juventude (SEMEJ) é o órgão responsável por governar o sistema educacional do referido município, cujo Secretário é o Professor Vanderley José de Oliveira. Dentro da secretaria existe uma diretoria exclusiva para cuidar da área da educação infantil da cidade, a qual é representada pela Professora Marlei Afonso de Barros Melo.

Com a colaboração da coordenadora Marlei, foi possível obter acesso aos documentos que regem a educação infantil do município de Paraíso do TO. Pode-se observar que as diretrizes nacionais norteiam todas as tomadas de decisões dentro do município e são base para a formulação das diretrizes municipais e dos planos de ensinos vigentes.

As Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Infantil (DCMEI, 2020) de Paraíso TO levaram em consideração a Resolução CNE/CBE n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Onde elaboraram o currículo da Educação Infantil, instituindo que:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (MEC, 2009. p. 1).

Considerando a criança como foco principal no centro do planejamento das creches e pré-escolas, a SEMEJ considera o seguinte:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (MEC, 2009. p. 1).

Em relação às práticas pedagógicas presentes nas creches e pré-escolas, a SEMEJ (2020) baseia-se no artigo 8º da Resolução CNE/CBE n. 5 e adota como eixo primordial o desenvolvimento de atividades que envolvam constantes interações e brincadeiras entre as crianças. Mantendo o objetivo de interagir com outras crianças e com os adultos das creches e escolas de Educação Infantil, assim as crianças constroem sua identidade, percebem a si mesmas e aos outros. Para alcançar tal objetivo, a DCMEI leva em consideração o artigo 9º, o qual possui 12 incisos, onde podem-se destacar algumas propostas de interações e brincadeiras, garantindo experiências que:

- promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

- incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos (MEC, 2009. p. 4).

Tendo explorado as diretrizes curriculares do município na área da Educação infantil, é possível neste momento visualizar como é praticado dentro das creches da cidade as atividades educacionais, observando o Plano de Ensino da Educação Infantil, formalizado pela SEMEJ (2019). A aplicação dos eixos estruturantes “interações e brincadeiras” dentro do plano de ensino é baseado na BNCC, buscando garantir os seis grandes direitos de aprendizagem das crianças, para que possam desempenhar um papel ativo na construção de seus conhecimentos, são eles:

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens e ampliando o conhecimento de si e do outro.
- **Brincar** de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros, de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais.
- **Participar** ativamente do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador e da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, etc.
- **Expressar** como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações e brincadeiras vivenciadas na escola e no ambiente familiar.

4 CONCLUSÃO

Com a presente pesquisa, foi possível observar e compreender a importância da Educação infantil como princípio norteador para as demais etapas da vida do indivíduo, pois as primeiras experiências vividas pelas crianças são carregadas para sempre seja elas boas ou até mesmo traumáticas.

Também pôde-se observar no desenvolvimento do trabalho no que diz respeito às brincadeiras no período de adaptação infantil, ser um tema unânime entre os autores, pois todos acreditam na sua importância dentro do processo, visto que elas se tornam algo que oferece conforto e distração em um momento que pode causar estresse às crianças.

No que diz respeito às normas e diretrizes nacionais, observou-se a sua importância para o nível regional de educação da cidade de Paraíso do Tocantins, pois são fundamentais na padronização do ensino regional fazendo-se cumprir o que estas normas estabelecem sobre os direitos da criança, oferecendo uma Educação infantil de qualidade. Portanto constatou-se que a adaptação das crianças nas creches de Paraíso, seguem as metodologias ditadas pelo MEC, através da LDB e da BNCC.

A leitura deste artigo é indicada para pesquisadores e estudantes da área da Pedagogia, assim como professores atuantes que estejam buscando atualizações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Psicólogo ressalta importância das creches no desenvolvimento das crianças.** Brasília: Senadonotícias, 2008. Disponível em: <<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/11/20/psicologo-ressalta-importancia-das-creches-no-desenvolvimento-das-criancas>>>. Acesso em: fev. 2021.
- ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ASSIS, R. de. **Educação infantil e propostas pedagógicas.** In: Ministério da Educação e do Desporto, Org. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil.** v. 2. Brasília: maio, 1998. P. 65-76.
- BARRETO, A. M. R. F. **Educação infantil no Brasil: situação atual.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1994.
- CARVALHO, A. et al. **Desenvolvimento e Aprendizagem.** 1. reipr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Capítulo III: da educação, da cultura e do desporto.** Brasil: 1988.
- DCMEI. **Sistema municipal de ensino.** Paraíso do TO: SEMEJ, 2020.
- GOLDSCHMIED, E; JACSON, S. O. **Educação de 0 a 3 anos: atendimento em creche.** 2. ed. Porto alegre: Artmed, 2006.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua: Educação 2018.** Brasil: 2019. Disponível em: <<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101657>>>. Acesso em: jan. 2021.
- KRAMER, S. **O papel social da educação infantil.** Revista Educação e Sociedade, vol. 27, n. 96, Campinas, SP: 2006. p. 797-818,
- MEC. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasil: 2017.
- MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação completa 20 anos e continua atual.** Educação Básica. Maria Helena Guimarães de Castro – Secretaria Executiva do Ministério da educação. São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/43311-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-completa-20-anos-e-continua-atual>>>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- ORTIZ, C; CARVALHO, M. T. V. **Interações: ser professor de bebês: cuidar, educar e brincar: uma única ação.** São Paulo: Blucher, 2012.
- PNE. **Monitoramento e Avaliação dos Planos Subnacionais de Educação.** MEC. Brasil: 2020. Disponível em: <<<http://pne.mec.gov.br/#onepage>>>. Acesso em 02 mar. 2021.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAPOPORT, Andrea. PICCININI, Cesar Augusto. **O Ingresso e adaptação de Bebês e Crianças à Creche: Alguns aspectos críticos.** Revista Psicologia: reflexão e crítica. Porto Alegre, RS: 2001. p. 81-95.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SPADA, Ana Corina et al. **Educação Infantil e Formação de Professores.** Campinas, SP: Autores Associados, 2015. – (Formação de Professores).

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.